



## GUIA SOBRE ESPAÇO DEMOCRÁTICO E COVID-19: ORIENTAÇÕES

### POR QUE O ESPAÇO DEMOCRÁTICO É IMPORTANTE DURANTE UMA PANDEMIA?

**Agora, mais que nunca, as vozes das pessoas precisam ser escutadas.**

- A sociedade civil é fundamental para construir e manter a confiança no sistema de saúde.
- A sociedade civil pode ajudar a identificar soluções flexíveis e inteligentes que respondam às necessidades mais urgentes.
- Um espaço democrático aberto e vibrante ajuda a garantir uma retroalimentação enfocada e sincera sobre as medidas no âmbito da COVID-19 com o objetivo de melhorar a resposta a pandemia.

### QUAIS SÃO AS PREOCUPAÇÕES DE FECHAR O ESPAÇO DEMOCRÁTICO DURANTE A PANDEMIA?

**Embora as medidas para proteger a saúde pública durante a pandemia sejam necessárias, existe o risco de que possam ser excessivas ou discriminatórias. Também existe o risco de abusos durante a implementação de medidas, inclusive aquelas desenhadas corretamente.**

As medidas excepcionais e os estados de emergência por motivos de saúde pública devem:

- Ser necessárias e proporcionais às necessidades de saúde pública
- Ser o meio menos intrusivo para alcançar o objetivo de saúde pública
- Não serem discriminatórias
- Ser de duração limitada
- Não transgredir certos direitos (os direitos “não derogáveis”), incluindo o direito à vida, a proibição da tortura e outros maus tratos, e o direito a não ser detido arbitrariamente.

### FOMENTAR A PARTICIPAÇÃO NA RESPOSTA À COVID-19

**A participação pública no desenho de respostas a crise é um direito, e é também a decisão mais inteligente.**

- Os Estados devem criar **mecanismos de participação e retroalimentação** e envolver aqueles que se encontram em uma situação de maior risco e têm mais probabilidade de serem excluídos, incluindo as mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, assim como assegurar que sejam incluídos e possam participar no desenho de políticas em igualdade de condições.

- Os Estados e outros atores devem manter – e quando possível, ampliar os mecanismos existentes para a participação da sociedade civil a nível local, nacional e internacional ao mudar para reuniões remotas e videoconferências no contexto da COVID-19. Devem explorar conjuntamente canais mais flexíveis para a participação remota mediante plataformas online com respeito a privacidade, econômicas e acessíveis, que permitam um alcance sistemático a organizações de base e organizações da sociedade civil.

## MAXIMIZAR O ACESSO A INFORMAÇÃO

O intercâmbio oportuno de informação, o acesso a informação e o intercâmbio livre de ideias online e por outras vias facilitam respostas efetivas e com credibilidade.

- **Assegurar que informação relevante e confiável sobre a crise, incluindo aquela em matéria de gênero e a que responde dúvidas sobre a pandemia, chegue a todas as pessoas**, sem exceção. Assegurar que a informação está disponível em formatos e idiomas facilmente compreensíveis, e adaptar a informação para as pessoas com necessidades específicas, incluindo para as pessoas com deficiência, e assegurar-se de que chega a aqueles com impossibilidade total ou parcial para ler.
- **Facilitar o acesso à internet.** Quando outros meios de comunicação são limitados, a informação online é particularmente importante. As restrições ao acesso a Internet, incluindo a interrupção intencional da rede (*shutdown*) não podem ser justificadas por motivos de ordem pública ou segurança nacional. Sempre que seja possível, os Estados e outros atores relevantes devem tomar medidas para ampliar o acesso aos serviços de Internet para as pessoas idosas, as pessoas que vivem em situação de pobreza e em maior risco, as mulheres e as meninas, e as comunidades marginalizadas.
- **A desinformação nociva deve ser contestada mediante esforços coordenados para proporcionar informação confiável e rigorosa.** Em vez de retirar grandes quantidades de informação, que muitas vezes resulta em censura arbitrária, os Estados e empresas devem se concentrar em priorizar informações confiáveis de fontes autorizadas e promover a capacidade de se comunicar nas redes sociais (*social media literacy*).
- **As ações para contestar a desinformação sobre COVID-19 devem basear-se em critérios claros e publicamente disponíveis, e estar sujeitas a revisão.** A medida que as empresas moderam conteúdos e se vêm obrigadas a usar inteligência artificial devido ao confinamento de seu pessoal, devem aumentar a transparência nestas medidas, garantir o pleno cumprimento do princípio da proporcionalidade previsto no direito internacional e prever mecanismos de retificação e reparação. As decisões para desmentir a "desinformação" não devem infringir o direito a debater as medidas das autoridades para combater a propagação do vírus e outras medidas adotadas neste contexto.

## RESPEITAR A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Limitar a participação dos atores relevantes e a retroalimentação crítica, incluindo debates que envolvem especialistas, profissionais de saúde, jornalistas e outras lideranças de opinião impede uma resposta efetiva a COVID-19.

- **As restrições de acesso à informação relevante**, a censura, as limitações e a criminalização da atividade jornalística não apenas violam os direitos humanos, como também diminuem a confiança nas medidas sanitárias das autoridades, agravando as possíveis ameaças para a saúde e a vida humana. Mais que nunca, precisamos que a informação flua e que as pessoas tenham acesso a ela, e devemos assegurar-nos de que isso possa ocorrer em um ambiente seguro.

- Os Estados e meios de comunicação devem proporcionar um espaço para que os profissionais e especialistas de saúde, incluindo cientistas, falem livremente e compartilhem informação entre eles e com o público, sem ameaças de medidas disciplinares e represálias. É fundamental estabelecer procedimentos seguros para informantes (*whistleblowers*) do setor de saúde a fim de que possam realizar sua função sem temor a ameaças e demandas intimidatórias.
- As leis que penalizam as expressões baseadas em conceitos vagos como "notícias falsas" ou desinformação em relação com a pandemia COVID-19, não são compatíveis com os princípios da legalidade e proporcionalidade. Silenciar vozes críticas ou dissidentes e impor sanções penais por declarações inexatas relacionadas com a COVID-19 mina a confiança e qualquer resposta sanitária efetiva.

## PROTEGER A SOCIEDADE CIVIL

**Os defensores e as defensoras de direitos humanos estão fazendo um trabalho fundamental ao apoiar os esforços para deter a propagação do vírus, proteger as pessoas vulneráveis e abordar os impactos da pandemia nas vidas das pessoas e os meios de subsistência.**

- Os Estados e outros atores relevantes devem reconhecer publicamente as contribuições da sociedade civil, incluindo defensores e defensoras de direitos humanos, profissionais dos meios de comunicação, as instituições nacionais de direitos humanos, por compartilhar boas práticas, lançar luz sobre os aspectos a melhorar na resposta a pandemia, e conscientizar nos temas de saúde pública. O financiamento contínuo para esse trabalho é fundamental.
- **Os Estados devem garantir que as restrições à liberdade de movimento e reunião não sejam discriminatórias** e que não estejam dirigidas nem afetem desnecessariamente aos defensores e defensoras dos direitos humanos, incluindo jornalistas. Devem ser tomadas medidas para garantir que a sociedade civil possa trabalhar com comunidades afetadas para fins de promoção, monitoramento e de prestação de serviços. As restrições à liberdade de expressão, associação, movimento ou reunião pacífica nunca devem ser usadas como pretexto para criminalizar defensores dos direitos humanos, jornalistas e outros.
- Os Estados devem liberar os defensores e defensoras detidos pelo seu trabalho de direitos humanos e a qualquer pessoa que permaneça privada de liberdade de forma ilegal. As pessoas nas prisões e outros centros de detenção estão particularmente em risco de contrair COVID-19, devido às limitadas possibilidades de distanciamento físico e de atenção médica.

## DEFENDER A LIBERDADE DE REUNIÃO

**Embora as restrições excepcionais a reuniões físicas possam ser necessárias durante emergências sanitárias, estas devem estar baseadas na lei, serem necessárias e proporcionais a sua finalidade.**

- As restrições de movimento que impedem sair de casa podem ser necessárias por motivos de saúde e isso afeta a possibilidade de realizar reuniões físicas. **Os Estados devem garantir o direito a celebrar assembleias e protestos, e limitar o exercício destes direitos de forma estritamente necessária para proteger a saúde pública.** Em consequência, os Estados são encorajados a considerar formas em que se possam realizar protestos de forma consistente com as necessidades de saúde pública, por exemplo, incorporando o distanciamento físico. As restrições às reuniões públicas devem ser avaliadas constantemente para determinar se seguem sendo necessárias e proporcionais.

## GERIR OS IMPACTOS À PRIVACIDADE

As respostas efetivas à crise sanitária requerem a compilação e gestão de dados sensíveis. Tais esforços devem limitar-se estritamente às necessidades de saúde pública e devem ser monitorados de forma cuidadosa.

- **Gestão adequada de dados relacionados com a saúde:** os sistemas de dados relacionados com a saúde devem cumprir com os princípios internacionais de proteção de dados, limitando-se unicamente o processamento dos dados necessários para cumprir com a finalidade específica de gerir a pandemia de COVID-19 e garantir transparência ao informar as pessoas sobre o uso de seus dados.
- **Incluir salvaguardas e mecanismos de prestação de contas:** garantir a prestação de contas mediante o estabelecimento de mecanismos transparentes para retificar dados inexatos; para remediar a divulgação incorreta de dados e outros usos de informação indevidos, e proibir que outras agências governamentais utilizem os dados processados na pandemia a menos que seja absolutamente necessário.
- **Qualquer medida de vigilância deve ser proporcional, legal e necessária:** as medidas de vigilância devem ser o menos intrusivas possíveis para satisfazer as necessidades de saúde pública e devem incluir cláusulas de expiração claras. A vigilância individual, o rastreamento de contatos e o rastreamento de movimento individual devem estar estritamente regulados, e os dados utilizados somente quando sejam estritamente necessários para abordar a emergência de saúde pública. Os esforços de monitoramento ampliados com motivo da COVID-19 não devem estar sob o manejo de agências de segurança e inteligência nacionais e devem estar sujeitos a uma supervisão efetiva por parte de organismos independentes e adequados.